

## 2. Discussão Temática e Metodológica

### 2.1. Introdução ao Método

Os trabalhos de pesquisa no contexto se iniciaram em 2003, através de um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, no Departamento de Design do Centro de Artes - CEART da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, como pode ser verificado em Tonicelo (2004). As articulações iniciais de pesquisa se deram em um viés institucional, visto que alguns dos problemas dos (as) cipozeiros (as) foram apontados pelos (as) mesmos (as) em oficinas participativas mediadas por técnicos extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI; tais oficinas foram baseadas na metodologia conhecida como Metaplan1 e batizadas como Planejamento Estratégico Participativo - PEP pela empresa. O produto central deste planejamento era a construção da “árvore de problemas” e a “árvore de soluções”.

Em seqüência ao PEP e ao TCC foi formada uma equipe de pesquisa2 com pessoas de diferentes áreas do conhecimento, e parte desta equipe participou de um curso de Capacitação em Pesquisa Participativa, oferecido pela EPAGRI, posteriormente foram definidos novos marcos conceituais, e, o que era chamado pela empresa de Pesquisa

---

1 Segundo Cordioli, 2005, “O Metaplan caracteriza-se pelas técnicas de moderação e de visualização móvel (fichas coloridas) no trabalho com pequenos grupos. Foi desenvolvido a partir dos anos 70, por uma empresa de consultoria alemã orientada para a capacitação de executivos de empresas – Metaplan GMBH”.

2 Essa equipe era formada por: Roberta Tonicelo (designer), Mauro De Bonis (designer), Renata Zambonim (bióloga), Silvia Venturi (bióloga), Fábio Zambonim (engenheiro agrônomo) e Douglas Antunes (engenheiro mecânico).

Participativa passou a ser chamado de Pesquisa Extensão e Aprendizado Participativo - PEAP, mais recentemente. Neste contexto institucional as problemáticas apontadas pelos cipozeiros serviram de fundamento ao projeto intitulado como Projeto Cipó Imbé.

O Projeto Cipó Imbé foi então formalizado primeiramente na EPAGRI, onde se configurou como um “Projeto Farol”, pois estava sob foco (sendo observado), juntamente com outros nove projetos no estado - de diferentes naturezas - e recebeu apoio institucional e financeiro do Projeto Microbacias 2 - MB2. O MB2, executado pela EPAGRI, viabilizou um pequeno volume de recursos disponibilizados na origem pelo Banco Mundial. Após tal formalização, o Projeto Cipó Imbé foi formalizado em fevereiro 2006 no Departamento de Design / CEART / UDESC, com enfoque nas questões técnicas de design e tecnologias produtivas, e, a partir deste momento passei a figurar como coordenador geral do projeto - que perdurou até fevereiro de 2008.

Neste cenário, com os pesquisadores envolvidos, foram estabelecidas três vertentes de pesquisa: Design “Integral” - para a investigação relacionada ao objeto artesanal e as tecnologias de produção tendo como aporte metodológico a observação participante e as chamadas Oficinas de Criatividade (que serão mais bem detalhadas adiante); Manejo Sustentável - para a investigação sobre a renovabilidade do cipó em ambiente natural e as estratégias de manejo baseadas no saber local, com enfoque na Etnobotânica Aplicada; e, Economia Solidária - para estudos exploratórios da rede de comercialização, com princípios associados à Economia Solidária e o Comércio Justo.

As abordagens em campo aconteceram em duas “frentes” principais, uma delas que visava a coleta de dados

primários - através da realização de entrevistas semi-estruturadas objetivando informações “etnobotânicas” e as “observações participantes” para o acompanhamento da produção artesanal e da etapa de extração de cipó; a segunda “frente” ocorreu através das oficinas temáticas que visavam a mobilização do grupo e a discussão dos problemas coletivos através de “temas”. A escolha desses estava orientada a alguns pressupostos como a indicação de interesse do grupo por determinados temas, apresentados no PEP, a estratégia de ação correlacionada diretamente à origem do problema, a existência de ao menos um pesquisador / moderador habilitado à abordagem da estratégia.

Assim, as seguintes Oficinas Temáticas foram realizadas no período de 2006 a 2008: Priorização das Ferramentas, para a discussão de alguns problemas técnicos do fazer artesanal; Construção da Linha do Tempo, para a compreensão da cronologia dos fatos importantes às cipozeiras e cipozeiros; Árvore da Vida, para a compreensão de desejos futuros necessários à melhoria da qualidade de vida do grupo; Oficina de Mapeamento<sup>3</sup>, para a elaboração do mapa de conflitos do grupo; 1<sup>a</sup> Oficina de Criatividade, com concurso de desenho e eleição de um ícone e uma marca a ser associada aos produtos artesanais do grupo visando novos canais de comercialização; 2<sup>a</sup> Oficina de Criatividade, para a avaliação da marca criada pelos pesquisadores, do catálogo de produtos, da etiqueta de produtos (*tag*) e dos cartões de visita; 3<sup>a</sup> Oficina de Criatividade, para a criação de artefatos com apelo “estético” diferenciado, com a aplicação de cor e orientação a mercados específicos. Por estarem relacionadas ao objeto desta pesquisa, tais Oficinas serão detalhadas mais adiante neste mesmo capítulo.

---

3 A Oficina de Mapeamento foi articulada, através da pesquisadora Érika Nakazono, com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Mesmo com o empenho de pesquisadores e a criação de “coisas” novas o grupo de cipozeiros manteve-se em uma realidade desmobilizada para a superação de suas dificuldades. O ritmo das propostas não venceu a dificuldade dos problemas da realidade, mas somente gerou novas situações sociais, com espaço para a exposição de ideias. Percebemos na prática que a articulação e mobilização não é resultado direto de respostas relacionadas à áreas técnicas, e que a objetivação da realidade é motivada também por questões subjetivas.

Porém, algo novo foi reforçado a partir da Oficina de Mapeamento, a enunciação coletiva: “*somos cipozeiros tradicionais*”. Em oposição à sua tradicionalidade relataram a existência de “*cipozeiros da cidade*”, em outras palavras, cipozeiros ocasionais que recentemente na atividade não “*respeitam a natureza*”, “*matam a mãezera*”<sup>4</sup>, “*colocam pedra no feixe*”<sup>5</sup>, “*tiram cipó verde*”, “*fazem só pra vender*” (Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, 2007). Assim, a nomenclatura do grupo surgiu contígua a sua diferenciação. A partir desta situação foram enaltecidos os problemas “primeiros” das cipozeiras e cipozeiros: o direito da continuidade de uso de seus territórios tradicionalmente ocupados, que hoje se tornaram propriedades privadas, o direito de continuidade de uso dos recursos naturais, hoje em parte protegidos por lei, o problema do avanço das atividades agropecuárias extensivas sobre as áreas de Floresta Atlântica e a exploração da força de trabalho no artesanato.

A publicação de sua “Nova Cartografia Social”<sup>6</sup>, que

---

4 Mãezera é o nome dado pelo grupo à raiz principal da planta.

5 Feixe é uma carga de cipó que após coletado é enfardado (em feixe) no mato.

6 Para saber sobre o Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, consulte: [www.novacartografiasocial.com](http://www.novacartografiasocial.com).

divulgou os resultados da Oficina de Mapeamento, resultou posteriormente na articulação regional com outros grupos, etnias, comunidades tradicionais, que historicamente sofriam pelo processo de espoliação de seus direitos. Desta forma, o grupo de cipozeiros foi convidado, em 2008, a uma reunião no Estado do Paraná, e nesta, passaram a participar da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, ou Rede Puxirão. Nesta rede estão reunidos representantes de diversas comunidades tradicionais como quilombolas, guaranis mbyás, faxinalenses, pescadores artesanais, ilhéus do Rio Paraná, benzedeiros, os grupos de religiões de matriz africana, e obviamente, os cipozeiros.

O fato de conhecer histórias semelhantes dos outros grupos, tanto em relação aos seus problemas e angústias, como em relação aos encaminhamentos institucionais e jurídicos possíveis, fez com que as representantes dos cipozeiros se sensibilizassem de maneira mais clara aos próprios problemas, tendo como espelho as dificuldades e encaminhamentos de outras “identidades coletivas” para a busca de caminhos das soluções locais. Isso repercutiu em uma nova motivação à mobilização do grupo em direção à luta pelos direitos coletivos no território tradicionalmente ocupado.

Gradativamente o processo de formação da identidade coletiva se desenrola, já passada a nomeação, mas por vir a construção de uma nova realidade, caminhando do espaço percebido e imaginado ao espaço vivido. E, como processo coletivo, fica difícil estabelecer um princípio e fim exatos, nem é esse meu objetivo, mas sim sua compreensão quanto fenômeno, que pode ser interpretado mediante algumas evidências, e analisado segundo suas próprias peculiaridades. Como a área de Design pode se relacionar com essa gênese coletiva é meu objeto de estudo e principal

desafio.

Na trajetória de minha pesquisa passei por fases que tinham como foco o repensar o sistema artesanal através de temáticas técnicas relacionadas à demandas da realidade objetiva dos cipozeiros, como a questão de uso de resíduos de fibras naturais, o uso de pigmentos naturais, o uso de outras fibras disponíveis como o bambu, etc. Fatos, temas esses verificados no local - participativamente legitimados. Nesta fase, o que estava por trás de temas era o repensar uma realidade. Mas, mais que isso, testemunhei um processo, ainda em andamento, de formação de sujeitos políticos nesta realidade.

Couberam-me assim novas perguntas sobre a reinvenção de realidades coletivas e o incessante jogo de resignificação das coisas.

## **2.2**

### ***Histórico de Pesquisa com Cipozeiros: Oficinas Temáticas***

As oficinas temáticas já realizadas tiveram como objetivo o conhecimento sobre a história do grupo de cipozeiros, suas percepções em relação aos problemas locais e o planejamento de estratégias de ação que abordassem tais problemáticas apontadas em cada situação de oficina. Algumas vezes o planejamento de ações foi sugerido por nós pesquisadores, como no caso da criação de uma logomarca e o trabalho sobre a imagem representativa do grupo. Tais situações sociais serão agora mais bem detalhadas para que ajudem a fundamentar uma revisão do método de abordagem, e situem as novas ações segundo uma lógica de acontecimentos. Em outras palavras, a descrição adiante tem motivações metodológicas e analíticas.

Ainda sob influência do curso de capacitação em pesquisa participativa, promovida pela EPAGRI, a equipe de

pesquisa propôs em 2006 o aporte metodológico intitulado como “Artesãos Experimentadores”, derivado de “Agricultores Experimentadores” - testado com grupos de agricultores em Camarões, na África. Tal aporte surgiu como recorte metodológico com olhar sobre o (a) artesão (ã), visto que foram identificadas nas comunidades pessoas que eram potenciais experimentadoras de novas coisas, ou até mesmo inovadoras. Isso deu base para a sugestão de formação de grupos de experimentadores em manejo sustentável, em design “integral” e em economia solidária. Desta forma, tais grupos foram formados em uma oficina, por auto-indicação, porém, isso na prática, não teve significado algum - para os então “artesãos”.

No início dos trabalhos, em 2006, foram abordados temas que visavam esclarecer os problemas da realidade e a percepção dos cipozeiros aos mesmos. Uma das primeiras ações foi a construção da linha do tempo pelo grupo, que tinha como foco a compreensão histórica da atividade do artesanato. Hoje vejo que, como sugere Arruti (2006), os fatos históricos não são dispostos tão claramente em uma linha cronológica para as pessoas de um grupo específico. Ou seja, quando perguntados o que aconteceu em determinada época, muitos aspectos da época poderiam ser ignorados, se constituindo assim uma história parcial ou exageradamente focada de uma realidade. Para os objetivos daquela ocasião a atividade foi tida como satisfatória, pois alguns aspectos históricos produtivos foram melhor situados. O resultado da oficina é representado no quadro abaixo:

Ilustração 1.1: Linha do Tempo sugerida pelo grupo de artesãos. Fonte: Venturi et al (2006).

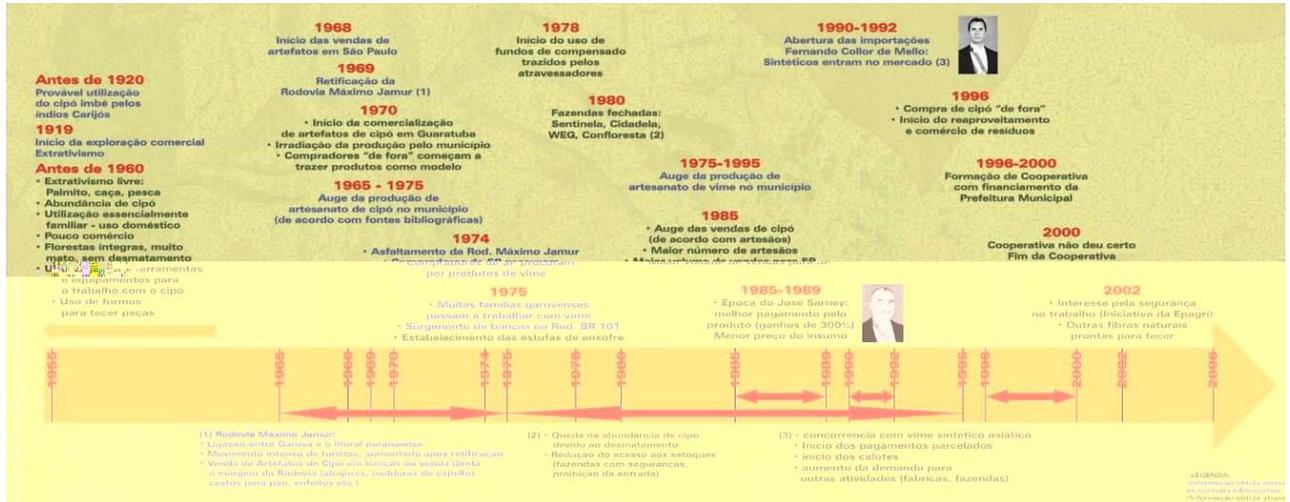


Tabela 1.1: Fatos relatados na Oficina "Linha do Tempo".

Ano	Fato relevante apontado
Antes de 1960	Extrativismo livre: caça, palmito, pesca; abundância de cipó; uso essencialmente doméstico do artesanato; pouco comércio; muito mato, sem desmatamento; uso de ferramentas e equipamentos para o trabalho com o cipó, como as fôrmas para tecer.
1970	Início da comercialização de artefatos de cipó em Guaratuba; Irradiação da produção no município; compradores "de fora" trazem produtos como modelo.
1975	Início do uso das estufas para branqueamento.
1978	Início do uso dos fundos de compensado trazidos pelos atravessadores, anteriormente usavam fundos de papelão (D. Marlene, 2009)

1980	Restrição do livre acesso ao território: fazendas fechadas - Sentinela, Cidadela, WEG, Confloresta. Queda da abundância do cipó devido ao desmatamento.
1985	Auge das vendas dos artefatos de cipó. Maior número de artesãos. Maior volume de vendas para São Paulo.
1985-1989	Melhor pagamento pelo produto, cerca de 300% a mais. Menor preço do insumo: enxofre (comprado e lojas agrícolas) e fundos de compensado.
1990	Início do pagamento parcelado; início dos calotes. Aumento da demanda para outras atividades - fábricas e fazendas.
1996	Início da compra do cipó “de fora”. Início do reaproveitamento e comércio de resíduos.
1996-2000	Tentativa de estabelecer cooperativa de produção financiada pela prefeitura, terminando em 2000.
2002	Interesse pela segurança no trabalho, motivada pela EPAGRI. Uso de fibras prontas para tecer (sintéticas)

Cabe aqui reforçar alguns aspectos abordados pelos cipozeiros nesta oficina, como o fato do livre acesso aos recursos naturais e ao território antes da década de 1970 e 1960; a manufatura de artesanatos inicialmente como demanda para objetos de uso pelos próprios cipozeiros, como chapéus, cestas, balaios, apoios de panela e decorativos, sendo que alguns destes eram manufaturados com o uso de fôrmas, como no caso dos chapéus (tendo modelos masculino e feminino). A transformação dos objetos de uso em mercadorias na década de 1970, por forte influência do trânsito nas rodovias locais, onde os cipozeiros vendiam

frutas, produtos da roça e seu artesanato. Ampliação da comercialização ainda na década de 1970 com a presença dos atravessadores e algumas mudanças tecnológicas como o branqueamento em estufa com enxofre, a encomenda de mercadorias com formas vindas “de fora” como pequenas bandejas e caxepôs e com o uso dos fundos de compensado que agilizam<sup>7</sup> e barateiam a produção, visto que no artesanato de fundo trançado há grande demanda de tempo e material para seu “*tecido*”, como no caso do fundo umbigo asterisco (Ribeiro, 1987). Neste período se fortalece o comércio do artesanato com material beneficiado (descascado, limpo, raspado e branqueado), não sendo valorizado o artesanato com cipó bruto (com casca).

Fica marcada a partir da década de 1980 a restrição do livre acesso ao território, pelo fechamento de fazendas e proibição de entrada executada pelo “*pistoleiro*” ou “*jagunço*”, algumas das empresas proprietárias da posse das fazendas iniciam a produção de plantas exóticas em monocultivo (como o pinus e eucalipto) neste território, o que significou a supressão das florestas nativas e conseqüentemente o fim dos recursos naturais de uso dos cipozeiros em suas práticas tradicionais, como o cipó imbé, a timbopeva (ou cipó liaça), a caça, o palmito, etc.

O desencadeamento da comercialização em escala, na década de 1990, propiciou o início dos calotes, presentes até a atualidade na região, como práticas de calotes temos principalmente o registro de uso de cheques sem fundo e a realização de encomendas e não retirada de material. Nesta mesma década houve a tentativa de montagem de uma cooperativa de produção por iniciativa da prefeitura municipal, tal tentativa reuniu em um mesmo

---

7 O tempo demandado para tecer uma cesta de fundo trançado é equivalente ao tempo de tecer duas cestas de fundo de compensado no mesmo tamanho (Dona Marlene, 09/2009).

empreendimento artesãos de vime e cipozeiros, sendo que a frustração da tentativa produziu desmobilização e descrença no trabalho coletivo, demonstrada em diversos depoimentos ao início das oficinas. Outro marco importante na década de 1990 foi o início da venda de matéria prima, ou a chegada do cipó “de fora”, que demonstra o afastamento da prática do extrativismo e a concentração no trabalho artesanal na confecção de mercadorias de cipó imbé.

Em oficina posterior à Linha do Tempo foi feita sua entrega e o debate sobre a priorização das tecnologias a ser aprimoradas. O procedimento utilizado nesta priorização foi com base no depoimento pessoal de cada artesão, sem discussão prévia das demandas, para que os artesãos não se influenciassem. No início deste trabalho foram expostas num quadro (papel pardo fixado na parede) todas as etapas produtivas do artesanato e as ferramentas utilizadas em cada uma dessas (tudo em tarjetas). Foi feita a abertura da discussão sobre a falta de alguma ferramenta, e, lançada uma pergunta gatilho: Qual ferramenta mais os incomoda? Qual mais precisa ser melhorada? E então foram distribuídos os cartões vermelhos para a identificação da ferramenta através de seu número (já atribuídos anteriormente). Após as respostas entregues, foi lançada a segunda pergunta, referente à segunda ferramenta que mais os incomodava e distribuídos os cartões amarelos. E assim, subsequentemente repetiu-se o processo num terceiro passo, porém com a distribuição de cartões verdes. Em seguida foi feita a explicação: os cartões vermelhos valem 3 pontos, os amarelos 2 e os verdes 1.

Após a disposição dos cartões coloridos no quadro foi feita a contagem dos pontos, que resultaram em uma ordem cronológica de projetos de novas ferramentas, sendo considerada a mais importante a raspadeira - para o perfilamento das fibras, atualmente feita em chapa metálica.

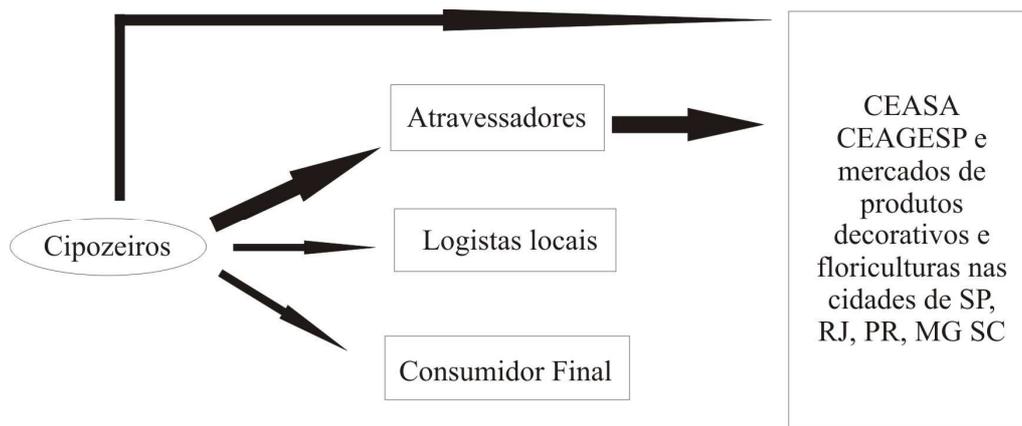
Tal ferramenta foi apontada devido ao longo tempo despendido no descascamento e retirada do limo, visto que a exploração do trabalho artesanal exige larga produção familiar, e, sendo o processo de limpeza o mais despendioso em tempo, seu beneficiamento bruto significa a mais árdua atividade de manufatura. Outra ferramenta que demanda muita atenção seria o equivalente a um sistema de transporte dos feixes de cipó na mata, pois tais feixes chegam a pesar de 30 a 60 Kg. Cada feixe possui em torno de 1,5 metros de tamanho, e são carregados no ombro mata a dentro. Cada cipozeiro extrator leva junto para as saídas seu lanche, um facão, uma vara de bambu (de 8 a 10 metros de comprimento) e uma faca, amarrada na extremidade do bambu; foram relatadas algumas escoriações decorrentes do travamento da vara por entre as árvores e o conseqüente escorregamento da mão sobre a faca na extremidade da vara. Cada extrator fica até 20 horas no mato para o trabalho de coleta de cipó (um relatou que já saiu as 04:00h e voltou à 00:00 h). Durante os depoimentos ficou clara a necessidade de enfoque sobre a ferramenta de extração, ou melhor, corte do cipó. Ficou evidenciado que somente 4 dos 15 artesãos presentes nesta oficina eram extratores, talvez por este fato a ferramenta de corte não tenha recebido o maior número de pontos na priorização, assim foi dado um cuidado especial ao processo de extração como um todo.

Posteriormente à priorização das ferramentas foi feita uma explanação sobre o que é o Design e quais são as etapas de um projeto segundo suas metodologias, foi feita uma abordagem da qualidade de produtos, da valorização de aspectos culturais locais e sua valorização através do Design, a importância das embalagens de produtos e identidade visual de grupos de artesãos. Os então “artesãos” apresentaram interesse por esta temática, principalmente aqueles mais

ligados à comercialização dos produtos direto ao consumidor final.

O que gerou a discussão principal nesta oficina foi a apresentação do filme “Revolução do Consumo” que conta a história dos diversos empreendimentos de economia solidária formados na comunidade de Palmares, no Ceará. Este vídeo conta a “saga” de uma cooperativa de produtos de limpeza e a importância da organização e mobilização de comunidades em torno de seus interesses, além de outros assuntos correlatos. Os “artesãos” ficaram bastante interessados com os exemplos apresentados. Isso pôde ser verificado pela atenção desprendida no decorrer do filme, suas expressões de concordância e admiração. Posteriormente ao filme foi feita uma discussão sobre a importância da mobilização, os fundamentos da Economia Solidária e a organização para o consumo, todos demonstraram-se muito interessados nesta abordagem. Para melhor esclarecimento foram apresentados *folders* e impressos sobre outras iniciativas relacionadas a comunidades de artesãos organizados como a Arte Baniwa, a Fibrarte, a Boutique Solidária, entre outras; com o objetivo de sensibilização às possibilidades futuras de um empreendimento nesta localidade.

Por fim desta oficina, foi feita a coleta de informações referentes a cadeia de comercialização dos produtos de artesanato de cipó imbé, estas informações foram complementares às discussões anteriores, com base no filme e nos empreendimentos exemplificados. Assim foi tirado o seguinte diagrama de relações de comercialização:



*Ilustração 1.2: Cadeia de comercialização dos produtos artesanais.*

Na Oficina “Árvore da Vida” foram feitas discussões visando compreender a concepção dos “artesãos” sobre “O que é qualidade de vida”, e quais seriam suas expectativas das ações deste projeto para o futuro, bem como, quais seriam suas contribuições para a execução do projeto. Desta forma, foram desenvolvidas as seguintes atividades: Construção da “Árvore da Qualidade de Vida” (cujos frutos representavam os elementos mais importantes, para eles, que representassem a qualidade de vida); “Visão do D”: Metáfora em torno da letra D minúscula cortada em cartolina colorida, cujo ponto de vista do moderador apresentava-se como B minúscula, para demonstrar a diferença dos pontos de vista e a importância de interagir as diferentes visões; Relato “das Mãos”: Distribuição de papel em branco, onde os artesãos desenharam as mãos em frente e verso do papel. A proposta foi de que, em uma das mãos escrevessem suas expectativas a curto prazo, e na outra as suas contribuições para o processo.



*Ilustração 1.3: Discussões sobre qualidade de vida. Fonte: arquivos da equipe de pesquisa*

Assim, nos frutos da árvore da vida apareceram como principais elementos: melhoria da renda, maior renda, melhoria da saúde, a legalização de extração, melhores prazos de pagamento. Verificamos que a qualidade de vida, no ponto de vista dos “artesãos”, está muito relacionada à solução dos conflitos no processo de extração, à melhoria da renda - que vem sendo apontada como o principal elemento em termos de significância, e a melhoria das condições de saúde - relacionada à todos elementos anteriores, visto que a mesma é resultado das boas condições de trabalho, alimentação e convivência. Tal fato conflui com depoimentos anteriores quando os “artesãos” apontaram suas atividades como “*trabalho sofrido*”. Assim, mesmo apontando o trabalho como sendo “*sofrido*”, nenhum fruto da árvore, ou ainda, nenhuma perspectiva de trabalho futuro (descrita nas mãos) apontam o abandono da atividade artesanal, por gostarem, dependerem e se reconhecerem na mesma. Em diversos encontros diferentes, uma “artesã” apontou o artesanato como a “*cachaça*” deles (D. Maria Hernaski,

2006) - o que gerou muitos risos - pois eles gostam do trabalho e não querem largar, apesar de reconhecer que o sistema de comercialização atual, ao qual estão submetidos, é ruim e não o trabalho em si.

No relato das mãos foi feita a discussão para dois momentos distintos: a curto e longo prazo. A curto prazo os elementos tidos como relevantes foram a participação no processo de pesquisa participativa e a sensibilização dos vizinhos e conhecidos para a importância no envolvimento e participação nas atividades. Neste sentido, fica-me claro que houve a percepção, por parte dos cipozeiros, que o retorno à curto prazo não envolve o ganho econômico, pois este será uma consequência de um trabalho feito com base na coesão social.

Em articulação da equipe de pesquisa, mais especificamente do grupo de manejo sustentável, com o Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia - PNCSA, foi proposta a Oficina de Mapeamento. Esta oficina teve como objetivo central a discussão dos conflitos do grupo, e foi realizada com apontamentos sobre as bases cartográficas da localidade, situando quais espaços geográficos eram caracterizados por maior número de conflitos e porque isso acontecia. A partir da abordagem dos conflitos, principalmente pela restrição de acesso aos territórios tradicionais e pela restrição ao uso dos recursos naturais - por força de lei, se reforçou a enunciação de que “*somos cipozeiros tradicionais*”, constituindo uma denominação muito mais específica que ser simplesmente “artesão”, englobando aspectos culturais de uma identidade coletiva.



*Ilustração 1.4: Publicação dos conflitos na Nova Cartografia.*

Assim, a oficina de mapeamento foi um marco para o grupo, e também para nós pesquisadores, pois já tínhamos ouvido o termo “cipozeiro”, mas não reconhecemos prontamente sua devida importância por não termos ainda compreendido que esta era uma manifestação de diferenciação deste grupo em relação a outros grupos. Em oposição ao cipozeiro tradicional, foi indicada a existência do cipozeiro ocasional e o artesão. Sendo o cipozeiro ocasional também dito como “*cipozeiro da cidade*”, que somente extrai o recurso natural para a venda, não tendo preocupação com a estratégia de manejo correta para a sobrevivência das “*mãezeras*” e conseqüentemente se preocupando com a retirada em grande volume, inclusive de fios verdes.

Em conflito às atividades de extração de cipó estavam situadas as atividades de extração de palmito, feita

pelos palmiteiros - pessoas também estigmatizadas por trabalhar na ilegalidade, com o Palmito Jussara (*Euterpe Edulis*) sendo protegido por lei -, e a atividade de caça. Os locais apresentados no mapa com coexistência destas três atividades - extração de cipó, palmito e caça - eram locais de maiores conflitos entre os extratores de cipó e “zeladores” das propriedades, também chamados de “pistoleiros” e “jagunços”, visto que cipozeiros, palmiteiros e caçadores não se diferenciam “no mato”. A figura abaixo representa o resultado final da oficina de mapeamento, divulgado no Fascículo 9 - Cipozeiros de Garuva, onde os locais de conflitos são sinalizados em vermelho.

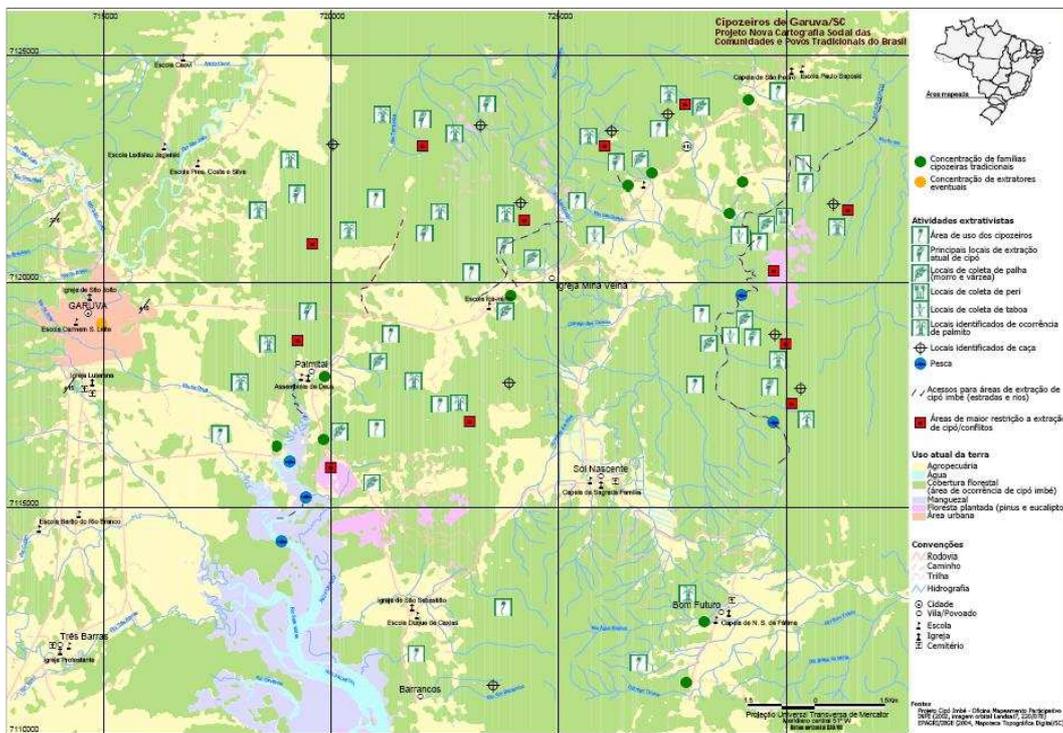


Ilustração 1.5: Mapa de conflitos dos cipozeiros. Fonte: PNCSA, Projeto Cipó Imbé – Oficina de Mapeamento Participativo, INPE (2002, imagem orbital Landsat 7, 220/078), EPAGRI/IBGE (2004, Mapoteca Topográfica Digital/SC)

Após a primeira etapa de oficinas, que tinham o enfoque do diagnóstico do grupo, comecei o trabalho de pesquisa de campo que caracterizei como “observação participante”. Nesta abordagem, levei a cabo minha proposta de pesquisa formalizada na UDESC (término em 2008), com objetivos relacionados à melhoria das técnicas e tecnologias de produção. Assim, foi feito o acompanhamento da produção posteriormente à tentativa de cadastramento das famílias cipozeiras. Este cadastramento, lançado como Pré-Cadastramento<sup>8</sup>, foi feito por extensionistas da EPAGRI e pela Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Garuva e divulgado na Rádio União Comunitária (104,9 MHz) precedido pelo debate na rádio para a sensibilização da comunidade.

Os dados foram compilados em uma planilha e descritos como seguem adiante. O número total de famílias pré-cadastradas somam 22, que estimativamente seria equivalente à 7,5% do total de famílias do município de Garuva que trabalham com cipó imbé, segundo os dados do MICI (2010, através do mapeamento situacional). Considero que diversos fatores influenciaram para o alcance do pequeno número de registros, como por exemplo o medo de manifestação dos cipozeiros por ser uma atividade informal.

As 22 famílias cadastradas incluem um número total de 103 pessoas, dos quais 63 são artesãos (62%), ligados diretamente ao “tecido” de artefatos de cipó imbé. Destas famílias, dez declararam que o artesanato de cipó imbé é a principal atividade da economia familiar, cujo trabalho está subdividido nas atividades de extração do cipó, limpeza do cipó, tecelagem e comercialização do artesanato, e a

---

8 Veja o formulário de Pré-Cadastramento no Anexo 1.

participação dos artesãos nestes processos equivalem às proporções apresentadas na Ilustração 1.6. De forma geral a etapa de extração é feita pelos homens, sendo o pai ou filhos adultos, e a etapa de comercialização pelos “chefes” da família, sendo o pai ou a mãe

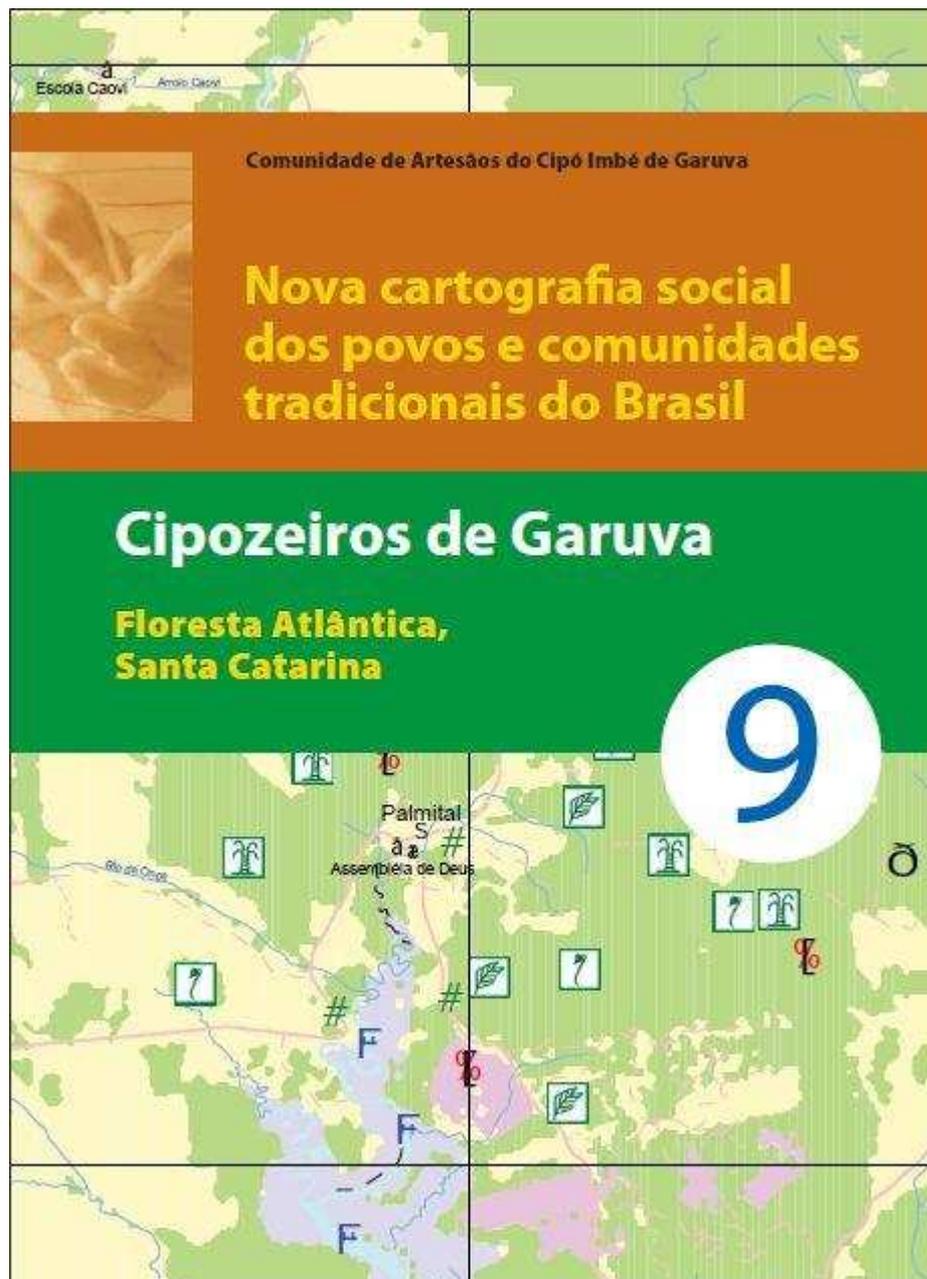


Ilustração 1.6: Gráfico de concentração de cipozeiros por etapa produtiva do artesanato.

Este dado nos mostra claramente que um maior número de cipozeiros se concentram nas atividades de limpeza do cipó e tecelagem do artesanato. As maiores reclamações e demandas de melhorias tecnológicas são referentes a etapa de beneficiamento, que tem a limpeza como atividade mais significativa. Na etapa de extração há a maior presença de homens, por ser um trabalho pesado. Alguns cipozeiros declaram que carregam feixes de até 60 Kg de cipó no mato, alguns em trajetórias de 10 Km (por rios e à pé), sendo que as declarações do pré-cadastramento apontam que cada extrator fica em média 7 horas em trabalho de extração (em áreas de Floresta Atlântica). As declarações sobre os locais de extração mostraram-se muito imprecisas, por hipótese devido à restrição ao livre acesso. Neste sentido, o trabalho de pré-cadastramento teve grande dificuldade, por ser formalmente estabelecido na prefeitura e no escritório municipal da EPAGRI, sendo confundido pelos cipozeiros como uma forma de controle da atividade - fato que nós, da equipe de pesquisa, buscamos esclarecer em entrevista na rádio.

Alguns locais de extração indicados não apresentam uma posição geográfica clara, assim foram obtidas respostas como: “no morro”, “na serra do mar”, “no traço da BR”, “no mato perto de casa”, “em Itapoá” (município vizinho), “em Cubatão”, “na divisa em Três Barras”, “em Caoví”, “no Rasgadinho - PR”. Outros foram mais precisos, como: “na propriedade do Sr. Euclides e do Sr. Klaus”, “na fazenda Sentinela” (de propriedade da WEG), “na fazenda Ouro Verde”, “em São João Abaixo - propriedade de Bernardo Bueno”, “na Propriedade de Maneco Preto”, e, nestes casos, o fato de se citar o nome do proprietário da terra pode demonstrar uma maior proximidade e algumas vezes a autorização para extração.

Dentre as famílias pré-cadastradas, como pode ser verificado em Antunes (2007), há em média 5 pessoas por família, e destas, 3 trabalham diretamente com artesanato de cipó. Os cipozeiros informantes no pré-cadastramento trabalham no artesanato de 5 a 7 dias por semana, muitas vezes mais que 10 horas por dia. Em suas declarações (perguntas fechadas), indicam que trabalham em média 439 Kg de cipó bruto por mês, por família; e este trabalho gera uma renda média familiar de R\$ 316,50 / mês (calculado pela média aritmética simples dos valores delarados como renda proveniente do cipó). Para a maior parte das famílias a venda é realizada para os intermediários, conhecidos localmente como “*atravessadores*”; cujas mercadorias mais vendidas são as bandejas redondas, ovais (de fundo elíptico) e em forma de coração - todas com fundo de compensado, que é uma forma de baratear ainda mais o preço do artesanato.

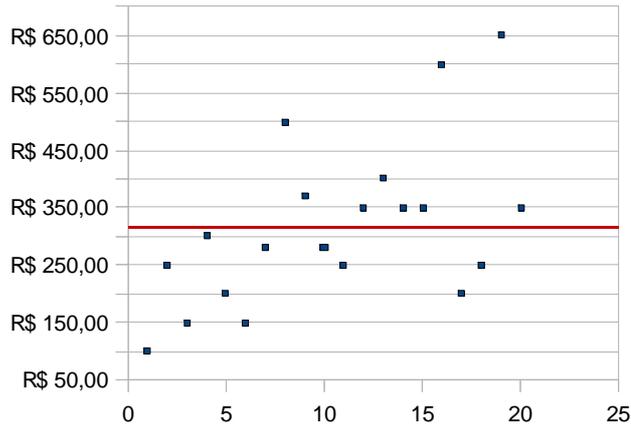
Os maiores períodos de venda dependem de feriados como: natal, dia das mães e dia dos namorados. O fundo pode ser vendido ou fornecido (com abatimento do preço do produto final) pelo próprio atravessador - estabelecendo uma relação de dependência; das 22 famílias cadastradas, somente uma produz os próprios fundos de compensado, visto que são necessários equipamentos para prepará-los, como serra-fita e furadeira de bancada. Algumas famílias compram os fundos em uma pequena fábrica em Garuva, que leva o nome do proprietário: “*Casagrande*”. Do pré-cadastramento realizado foi possível estimar alguns indicadores econômicos, que são descritos na tabela abaixo.

<b>Indicador de Produção</b>	<b>Valor médio mensal</b>
Massa de cipó bruto / cipozeiro	144 Kg
Renda média do cipozeiro	R\$ 105,50
Renda média familiar / Kg de cipó bruto	R\$ 1,49 / Kg

*Tabela 1.2: Indicadores mensais do pré-cadastramento (calculados pela média aritmética simples)*

Poderíamos assim estimar a renda média do cipozeiro por tempo de trabalho, porém o tempo de trabalho por dia varia muito de família para família, e, na verdade, separar o que é tempo de trabalho e o que é atividade doméstica por exemplo, é praticamente impossível. Mesmo assim, especulando sobre a renda do cipozeiro em R\$ 105,50, e assumindo o trabalho em 6 dias por semana e 10 horas por dia (como apontado nas primeiras perguntas do pré-cadastramento), sua renda seria de R\$ 0,44 / hora.

A Ilustração 1.7 demonstra a renda média das famílias cadastradas, sendo que a linha vermelha representa o valor médio das rendas mensais declaradas (R\$ 316,50) provenientes do artesanato como atividade econômica. Desta forma, considerando a renda mensal baixíssima, quase que a totalidade das famílias cadastradas encontram a complementação de renda em outras atividades econômicas e práticas tradicionais, como a roça de mandioca, entre outras espécies vegetais, a pesca, a coleta de carangueijo, a produção de mudas de palmeira real e eucalipto, a prestação de serviços como servente de pedreiro, chapeiro, ajudante de cozinha, servente de escola, comerciante, venda em bancas na estrada, aposentado, artesanato de vime e chacreiro. Dentre as 22 famílias cadastradas, somente 5 não possuíam outras atividades para a complementação da renda familiar.



*Ilustração 1.7: Gráfico de renda média proveniente do artesanato declarada pelas famílias cadastradas.*

A renda mensal é diretamente proporcional ao volume de artesanato produzido pela família, porém, conforme as informações declaradas, há uma variação desta proporcionalidade, em outras palavras, a renda média por quantidade de cipó trabalhado não é constante, podendo variar de R\$ 0,35 / Kg de cipó bruto até R\$ 3,13 / Kg de cipó bruto de uma família para outra. Na pesquisa do mapeamento situacional, que será descrito adiante, verifiquei que o valor pago pelo artesanato realmente varia conforme a localidade de residência da família, ou seja, para famílias mais isoladas geograficamente o valor pago é menor em relação às famílias mais próximas à sede do município de Garuva. Por hipótese tal variação de valor pago por volume produzido pode decorrer deste fato, porém não descarto a possibilidade de inconsistências nas informações declaradas. Assim, a Ilustração 1.8 apresenta a dispersão dos valores a que me refiro.

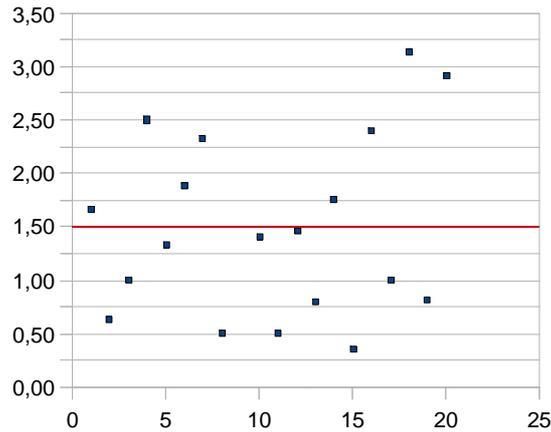


Ilustração 1.8: Gráfico de renda média da família por Kg de cipó bruto trabalhado (R\$/Kg).

Na Ilustração 1.8 a linha vermelha representa a média aritmética simples da renda por kg de cipó trabalhado, de R\$ 1,50 / Kg, ou seja, para cada 100 Kg de cipó trabalhado, são ganhos aproximadamente R\$ 150,00. Isso significa passar pelas etapas de extração, limpeza do cipó, “tecido” das peças, e comercialização. Atualmente, a venda direta do cipó bruto, é feita minimamente por R\$ 0,90 / Kg, somente com a etapa de extração, o que me leva a concluir que é mais rentável para um cipozeiro a venda do material bruto que a venda do artesanato, se considerarmos o tempo despendido para a extração e o tempo despendido para todas as etapas de trabalho.

A prática de preços das peças de artesanato, que em nada se relacionam com o valor econômico por sua prática, de forma geral é feita pelo atravessador; isto é, todas as famílias do pré-cadastramento declararam que “quem faz o preço” é o atravessador. Segundo Nogueira *et al* (2006), em pesquisa realizada no município de Guaratuba sobre a cadeia produtiva do artesanato do cipó preto (outro nome atribuído ao cipó imbé), o consumidor final no ponto de venda “(...) paga em média 770,09% a mais sobre o preço pago ao

*produtor*” (347:2006).

Os dados apresentados tiveram como objetivo o melhor esclarecimento sobre alguns aspectos produtivos do artesanato, embora eu esteja convicto hoje que tais dados não se justificam por si só, e devem ser entendidos como ponto de partida para uma descrição mais detalhada sobre os cipozeiros e sua relação com o sistema econômico em que se insere a mercadoria “artesanato”. Como já dito, ser cipozeiro se relaciona ao domínio de saberes e práticas tradicionais que incluem também o artesanato, mas que não podem ser descoladas de práticas como a pesca, a caça, a roça, entre muitas coisas. Assim, os dados de caráter quantitativo de um sistema econômico específico, de um tipo de mercadoria, artesanal explicam muito pouco sobre a realidade do cipozeiro, e tão somente estabelecem uma referência relativa de um fato social que auxilia a compreensão da complexidade da identidade coletiva em sua territorialidade específica.

Pretendendo conhecer melhor o trabalho no artesanato dei continuidade à coleta de informações através da observação direta, com uma tendência à observação participante, na compreensão de Malinowski, porém sem a mesma dedicação em tempo de permanência no local de pesquisa, mas somente com a coleta de informações trabalhando conjuntamente em seus momentos de trabalho. Neste sentido, posso afirmar que este processo contribuiu muito mais na aproximação entre eu e as famílias de informantes, que na significância dos dados coletados. Em dezembro de 2006 foi feita uma longa saída de campo, de duração de 5 dias, para o aprofundamento de dados e preenchimento das planilhas de acompanhamento da produção.

As planilhas de acompanhamento permitiram o

detalhamento maior de dados relativos ao tempo de trabalho por etapa da produção e a caracterização de resíduos da cadeia produtiva. Foram 4 as famílias acompanhadas, uma família na etapa de extração e as quatro nas etapas de produção do artesanato. A extração ocorreu em uma área particular, com Dona Judith Lopes (uma das poucas mulheres extratoras de cipó) e para a chegada no local foram percorridos aproximadamente 1,0 Km pelo rio Saí-Guaçú - de canoa na ida, e 1,720 Km à pé mato adentro, num total de 5,454 Km, ida e volta, medidos com auxílio do GPS. Segundo Dona Judith Lopes (2006) são comuns saídas para “*tirar cipó*” mais distantes que esta. A saída a campo durou um dia inteiro, com saída pela manhã, por volta das 8h e retorno por volta das 16h, entre as principais dificuldades enfrentadas, vale destacar: trilhas fechadas com grau de dificuldade médio (árvores caídas, subidas, atoleiros), muito calor e umidade, muitos pernilongos e mutucas (com um tapa no ombro matei cinco mutucas ao mesmo tempo) e a presença de animais peçonhentos (aranhas, cobras, taturanas, etc). Alguns registros foram feitos em vídeo, os dados quantitativos foram compilados em planilhas e são apresentados abaixo.

Para 100 Kg de cipó bruto obtêm-se 10 Kg de cipó limpo, conforme as tecnologias de processamento das mercadorias atuais, ou seja, a produtividade é de 10%, dado já obtido em diversos depoimentos de cipozeiros e confirmado na caracterização dos resíduos. Esta caracterização se deu mediante limpeza do cipó obtido em saída a campo e pesagem dos resíduos eliminados, e, por ser uma avaliação sem objetivo de precisão, não insisti em sua repetição mediante novas amostragens. Assim os resíduos são gerados nas seguintes proporções médias:

Tabela 1.3: Caracterização de resíduos gerados no artesanato.

<b>Etapa de Produção</b>	<b>Tipo de Resíduo</b>	<b>% relativa em peso</b>
Descascamento	Casca (fibra longa e escura de alta resistência mecânica, aproximadamente 7 metros de comprimento)	<b>18,6%</b>
Limpeza do limo	Limo (fibra média, aproximadamente 30 cm, com cor clara levemente esverdeada, impregnada com seiva)	<b>53,5%</b>
Passadeira	Raspa (fibra longa, aproximadamente 1 metro, clara, quase seca) e extremidades (fibras curtas, até 5 cm, clara)	<b>9,3% e 0,9%</b>
Secagem	Emissões gasosas de evaporação	<b>6,1%</b>
Acabamento	Aparas (fibras curtas, até 3 cm, provenientes dos cortes dos varões do artesanato)	<b>0,6%</b>

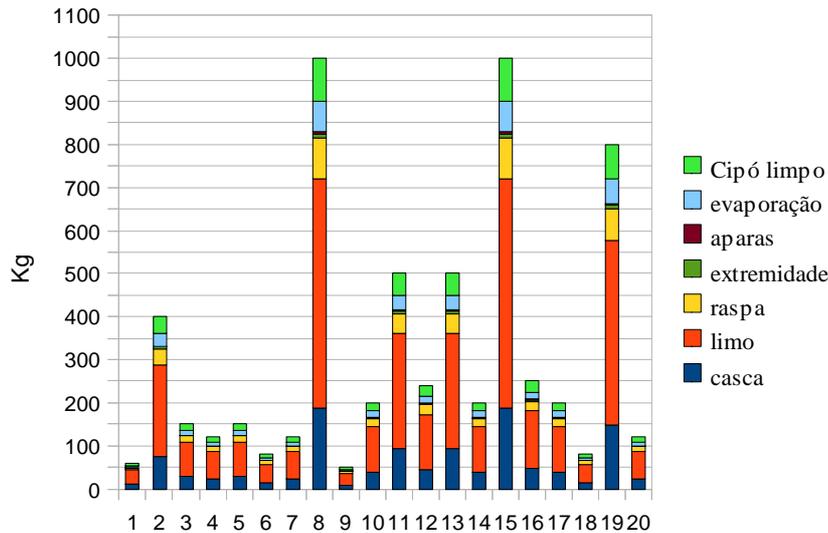
Não foi estimada até o momento a geração dos gases de enxofre, proveniente do branqueamento e tratamento antifúngico do cipó, que geram os gases  $\text{SO}_2$  e  $\text{SO}_3$ , para as combustões pobres e ricas em oxigênio, respectivamente. Tais gases são oxidantes, podendo causar danos à saúde humana, principalmente às vias respiratórias e a corrosão de produtos metálicos (aços) que estiverem próximos aos pontos de emissão, fato facilmente verificável nos locais visitados. Com base nos dados relativos da produção de resíduos foi feita a estimativa de geração de resíduos das famílias pré-cadastradas, calculadas a partir do uso (em massa) de cipó bruto por família, como também pode ser verificado em Antunes (2008). Os resultados parciais e sua somatória são apresentados abaixo.

Tabela 1.4: Estimativa total em massa (Kg) de resíduos gerados pelos artesãos pré-cadastrados.

<b>Tipo de Resíduo</b>	<b>Massa gerada Kg / mês</b>
Casca de cipó	1714,9
Limo	4932,7
Raspa	857,5
Extremidades	83,0
Aparas	55,3
<b>Total</b>	<b>7643,4</b>

A Ilustração 1.9 apresenta a quantidade de resíduos gerada por família:

Ilustração 1.9: Gráfico de composição proporcional de cipó limpo e resíduos no volume utilizado pelas famílias



cadastradas.

Estimo a geração de 7,6 toneladas de resíduos sólidos por mês entre as 22 famílias pré-cadastradas, e que atualmente a principal forma de destinação é a queima. Desta forma, sabemos que entre as emissões gasosas mais significativas na cadeia produtiva do artesanato de cipó imbé são: CO, CO<sub>2</sub>, SO<sub>2</sub> e SO<sub>3</sub>. E que, da precipitação dos dois últimos gases pode-se gerar o H<sub>2</sub>SO<sub>4</sub> - o ácido sulfúrico, que é altamente corrosivo. Menos agravante é o fato da geração destes diversos tipos de resíduos ocorrer de forma não centralizada, o que minimiza seus efeitos no ambiente pela pequena concentração em escala.

Os trabalhos de observação participante permitiram a especificação de melhorias necessárias às ferramentas produtivas, outro fator importante, como já dito, foi a melhoria das relações entre o pesquisador e os cipozeiros, pois, a observação participante e a presença mensal na localidade do estudo, permitiu a ampliação da confiança, o melhor entrosamento e conseqüentemente a aquisição mais confiável de dados. A seguir são apresentadas algumas soluções geradas para as ferramentas e imagens do local.

Inicialmente foi feita a discussão dos atributos de cada uma das três técnicas de produção, ou seja, o design *briefing*. E, a partir dos produtos e tecnologias existentes, foram discutidas as técnicas para a construção dos modelos experimentais. As técnicas e os respectivos atributos são apontados abaixo.

*Tabela 1.5: Lista de atributos para as técnicas e ferramentas em experimentação.*

<b>Técnica em experimentação</b>	<b>Atributos</b>
Vara de extração de cipó	desmontabilidade, leveza, praticidade, baixo custo, disponibilidade de recursos, disponibilidade de ferramentas para execução.
Sistema de secagem de cipó	secagem em dias de chuva, baixo custo, disponibilidade de recursos, disponibilidade de ferramentas para execução.
Sistema de transporte de cipó	praticidade, distribuição ergonômica do peso do feixe no corpo, não enroscar na trilha, desengate rápido em caso de enrosco, mão do facão deve estar livre.

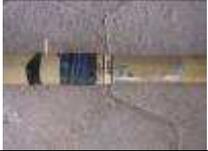
A principal forma de discussão dos atributos e das possíveis soluções foi inserida nos procedimentos de observação direta, que totalizaram em 6 saídas de campo com tempo de duração variável (entre 3 e 6 dias por saída). Nestes momentos, à medida que eu auxiliava (ou atrapalhava) nas tarefas artesanais das famílias, os questionamentos eram lançados e discutidos os pontos fortes e fracos de cada possibilidade.

Este método de trabalho me permitiu a percepção de alguns limites da linguagem corriqueira na articulação das soluções, mais especificamente sobre o uso do desenho, seja pela técnica da perspectiva, seja pelas vistas ortográficas. Ou seja, quando discutíamos a solução com base em um desenho percebi a passividade maior dos cipozeiros, em detrimento de quando as soluções eram discutidas com base em modelos físicos, as soluções emergiam mais naturalmente em diversas alternativas geradas (Antunes & Tonicelo, 2008).

Tais discussões foram ponto de partida para a

construção de modelos funcionais. Assim, construí dois modelos funcionais para cada uma das técnicas em experimentação, que permitiram a avaliação dos pontos fortes e dos pontos fracos de cada solução (tabela 4). O processo participativo de planejamento requereu um tempo bem maior que estimei inicialmente, assim como a construção de seis modelos funcionais não foi prevista por mim. Tais parâmetros projetuais, o planejamento com base em modelos físicos e o tempo que este processo participativo requereu, determinaram novas diretrizes metodológicas.

Tabela 1.6: Análise dos modelos e encaminhamento de soluções (Antunes & Tonicelo, 2008).

Técnica em experimentação	Imagem dos modelos testados	Nome	Pontos fortes	Pontos fracos	Conceitos p/ próximo modelo
Vara de extração de cipó		Macho - fêmea	Encaixe rígido, recursos disponíveis, baixo custo.	Excesso de peso, pouco prático, trabalhoso.	Vara por amarração, articulada em dois pontos, as conexões se tornam rígidas pelo uso de três nós em cada (volta do fiel)
		cont / obstáculo	Leveza, desmontagem prática, facilmente exequível.	Necessidade de aquisição de materiais.	
Sistema de secagem de cipó		Estufa	Tema gerador rico em técnicas.	Muito trabalhoso, necessidade de aquisição de materiais, pouco eficiente na secagem.	Desidratador de paredes de fibro-solo e estrutura de bambu aquecimento por lâmpada incandescente.
		Desidratador compacto	Posicionamento adequado à luz, secagem rápida no sol.	Matéria prima impregnada de resina, aquisição de materiais, trabalhoso, pouco eficiente em dias de chuva. <sup>10</sup>	

9 A vara contato / obstáculo possui o feixe dos encaixes rápidos de velcro para seu travamento;

10 O desidratador compacto, apesar de desidratar eficientemente, ocasionou a saída da resina natural do cipó, ou “nódia” pelas suas estrias laterais (dificultando o processo de partição e perfilamento), pois o cipó em secagem fica disposto enrolado. Sugere-se uma solução conceitual mais simples: o armário de secagem, com o cipó

Sistema de transporte de cipó		Jam anx im / mo chil a	Distribuição de peso nos ombros e cintura.	Exclusivo para feixes pequenos <sup>11</sup> , aquisição de materiais, execução trabalhosa.	Amarração do cipó em toros circulares e carregamento tipo alforje
		Tor o elíp tico	Distribuição de peso, praticidade na amarração	Exclusivo para feixes pequenos, obstrução da visão.	

Os modelos físicos das ferramentas partiram de um pressuposto comum - a exequibilidade total no local de uso e o baixo custo de fabricação. Assim, mesmo que parte dos materiais utilizados tenham sido adquiridos, seu preço e disponibilidade os caracterizavam como acessíveis. Como as localidades das comunidades dispõem de energia elétrica utilizei máquinas manuais elétricas, como serra circular, serra tico-tico, furadeira e soprador térmico. O planejamento destas ferramentas e técnicas de produção foi o princípio de um processo com potencial de ampliação, não só por surgirem novas demandas espontâneas, mas também por haver outras questões técnicas que podem ser respondidas com resultados mais diretos sobre a comercialização, por exemplo.

Entre as demandas emergentes cabem considerações à três principais: o tratamento antifúngico dos produtos com o tanino extraído do limo<sup>12</sup> do cipó, técnica tradicional utilizada pelos índios kaingang; confecção de cola à base do limo do cipó, material utilizado tradicionalmente na colagem de embarcações em comunidades de cultura de origem

---

disposto desenrolado e fonte térmica por lâmpadas incandescentes;

11 A partir dos modelos de sistema de transporte, percebi que o jamanxim atribui ao usuário um desequilíbrio resultante da posição distanciada do centro de gravidade do feixe de cipó bruto, dificultando o deslocamento em áreas alagadas. Sugiro a confecção de um protótipo misto dos dois modelos, ou seja, a amarração do feixe de cipó na forma de toro circular (rosquinha), porém com carregamento tipo alforje (um feixe à frente e outro atrás do usuário).

12 O limo, como é denominado pelos artesãos, é a seiva (resinosa) situada entre a casca e o miolo do cipó.

açoriana; a reciclagem de resíduos para a confecção de novos materiais compósitos; a produção e uso de pigmentos naturais; e a criação de um suporte expositor para os produtos artesanais. Sendo que, além de buscar a produção de produtos, as novas demandas têm como foco o potencial de discussão técnica dos elementos de sua cultura material, e também sua relação com outras alternativas de renda, que converge com a necessidade de melhoria renda.

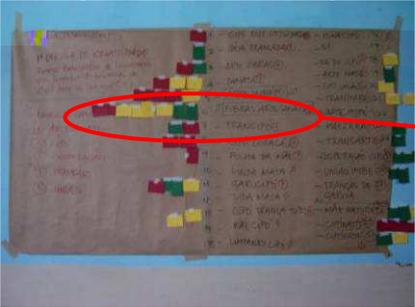
Paralelamente ao trabalho de observação direta foram realizadas as oficinas com enfoque na área de design, tendo como princípio a criação de sistemas de representação do grupo e aos produtos de seu artesanato, sendo chamadas de Oficinas de Criatividade (Simões *et all*, 2009), às quais analisarei de forma mais crítica no Capítulo 3. O tema da primeira oficina de criatividade foi a “Criação Participativa da Logomarca dos Cipozeiros” e foi realizada em um dia inteiro de trabalho. Para a criação da logomarca foram trabalhados os conceitos relacionados ao design, como, “o que é design” e “para que serve”. Sob esta orientação a primeira etapa da oficina foi dirigida ao nome atribuído à marca, e após a geração de alternativas, foram atribuídos pontos (por cartões coloridos) aos nomes mais agradáveis aos cipozeiros, tendo, por fim, a indicação de dois principais: “*Fibras Artesanais*” e “*Arte Imbé*”. A lógica de pontuação pelos cartões foi a seguinte: cartão vermelho vale 3 pontos, cartão amarelo 2 pontos e cartão verde 1 ponto. A votação foi feita primeiramente com os cartões vermelhos, através da seguinte pergunta gatilho: “Na sua opinião qual é o melhor nome pra marca dos cipozeiros?”, e sucessivamente a mesma pergunta foi lançada para a segunda e terceira maior marca, atribuindo respectivamente cartões amarelos e verdes.

Em seqüência foram abordados os ícones que tivessem maior significado ao grupo, através da proposta de

um concurso de desenhos, ao qual, cada participante (inclusive as crianças) deveriam fazer desenhos que achassem representativos ao fazer artesanal, e ao fato de serem cipozeiros. Grande parte dos desenhos traziam a figura da planta mãe do cipó, ou “mãezera”, e o mais pontuado trazia esta parte da planta em evidência com cores fortes. Escolhidos os atributos principais da logomarca, a equipe de pesquisa lançou mão sobre os trabalhos técnicos da área para a criação desta. Paralelamente às oficinas de criatividade foram fotografados alguns modelos dos objetos artesanais para a construção do Catálogo de Produtos.

Após o trabalho de criação da marca, sob enfoque da metodologia do design, pelos pesquisadores, agendamos a segunda oficina de criatividade, para a avaliação coletiva e validação do processo de criação. Nesta oficina foi apresentada a pesquisa feita no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI, que demonstrou a possibilidade de uso da marca “Arte Imbé”, que foi sugerida por nós, pesquisadores, por ser mais concisa, de melhor pregnância, e consonância. Com pequenas sugestões sobre tonalidade das cores da marca e o formato da etiqueta criada para os produtos, os projetos e as peças gráficas foram aprovados pelos cipozeiros.

*Tabela 1.7: Quadro Explicativo do processo de criação de marca coletiva e peças gráficas nas 1ª e 2ª Oficinas de Criatividade. Fonte: Simões et al (2009) e arquivos da equipe de pesquisa.*

Sugestão de marcas e seleção	Marcas mais pontuadas
	<p>Fibras Artesanais - 16 pontos Arte Imbé - 11 pontos</p>
Elaboração de desenhos	“Concurso” de desenhos



Desenho mais pontuado



Elaboração da marca pelos pesquisadores



Elaboração do Catálogo de Produtos (folha A6)



Elaboração dos Cartões de Visita



Elaboração dos Tags



Avaliação dos Resultados (2ª Oficina)



A 3ª Oficina de Criatividade consistiu na criação de novas peças em cipó imbé, seguindo a sugestão de demandas pesquisadas no mercado por nós pesquisadores. Para tanto, foi feita uma pesquisa rápida em quatro estabelecimentos comerciais de Florianópolis que tinham produtos artesanais - cestarias, bandejas, *suplãs*, jogos americanos - como foco de comercialização, direcionados ao público de maior poder

aquisitivo. Com base em tal pesquisa geramos um *briefing*, que consistia em objetos direcionados à mesa.

A Oficina foi iniciada com um introdução sobre valores simbólicos dos artefatos, valor de uso, valor de troca, e composição de custos, seguindo para a produção de alternativas de peças com criação livre. Nesta ocasião a maioria dos cipozeiros utilizou técnicas de trançado e de formas já comuns a seu fazer, somente uma dos doze cipozeiros participantes criou formas anteriormente não experimentadas. O processo de confecção de peças foi bastante descontraído, e posteriormente foi feita uma avaliação coletiva das peças no âmbito das opções pessoais em fazer uma peça ou outra. Após a Oficina pesamos as peças e elaboramos uma planilha de custos e preços justos para cada uma delas.

Em uma nova saída de campo a planilha foi discutida com alguns cipozeiros e os preços reajustados, sendo depois levados à uma loja em Florianópolis, onde foram vendidas.

*Tabela 1.8: Quadro de atividades da 3ª Oficina de Criatividade - Desenvolvimento de Novos Produtos Artesanais. Fonte: arquivos da equipe de pesquisa.*

Pigmentação do cipó limpo



Abordagem da pesquisa de mercado



Definição do *briefing*

Escolha das cores



Tecendo as peças



Tecendo as peças



Avaliação dos resultados



Avaliação dos resultados



Tabela 1.9: Cálculo de sugestão do preço justo.

Descrição da Peça	Peso (g)	Tempo de trabalho (min.)	R\$ Mat. prima	R\$ M.O.	R\$ Transporte	R\$ Preço Artefato	R\$ % Comercializ.	R\$ Preço final
Apoio para panela (P)	20	20	0,20	2,08	0,05	2,34	2,34	4,67
Apoio para panela (M)	25	30	0,25	3,13	0,07	3,44	3,44	6,88
Apoio para panela (G)	30	40	0,30	4,17	0,08	4,54	4,54	9,09
Objeto decorativo / Mandala M.	80	30	0,80	3,13	0,21	4,13	4,13	8,27
Objeto decorativo / Mandala G.	100	40	1,00	4,17	0,26	5,43	5,43	10,85
Objeto decorativo / Mandala G. (Ricardo)	80	40	0,80	4,17	0,21	5,17	5,17	10,35
Fruteira P (Juditona)	180	60	1,80	6,25	0,47	8,52	8,52	17,04

Fruteira G (Juditona)	480	90	4,80	9,38	1,25	15,42	15,42	30,85
Cesta para pães (D. Maria)	90	30	0,90	3,13	0,23	4,26	4,26	8,52
Fruteira P (D. Marlene)	130	30	1,30	3,13	0,34	4,76	4,76	9,53
Cesta para pães (D. Marlene)	170	30	1,70	3,13	0,44	5,27	5,27	10,53
Porta lápis	35	20	0,35	2,08	0,09	2,52	2,52	5,05
Cestinha mini	20	15	0,20	1,56	0,05	1,81	1,81	3,63
Cesto para roupas (Ruth)	1000	240	10,00	25,00	2,60	37,60	37,60	75,20

Na Tabela 1.9 os custos foram estimados com base em determinadas premissas, como seguem, e serviram de base para a composição do preço justo, assim, a composição dos custos serviu de base ao debate das variáveis implícitas à produção de mercadorias. O valor da matéria prima, para fins práticos, foi feito com base nos valores praticados no mercado local, em R\$ 10,00 / Kg de cipó limpo; enquanto poderia ser calculado com base no tempo de trabalho (extração e beneficiamento do cipó bruto). O custo de mão de obra se baseou no ganho “justo” mensal de R\$ 1.000,00 / mês (que é um valor julgado como suficiente à cobertura dos gastos familiares, conforme discussão na ocasião da Oficina), multiplicado pelo tempo de trabalho na peça. O transporte foi estimado, com aproximação feita à época dos preços praticados por empresas locais de encomendas (orçado em R\$ 35,00 para 15 Kg de carga), em que as encomendas são despachadas em ônibus de passageiros, ao valor de R\$ 2,60/ Kg de mercadoria. Desta forma, foi calculado o preço preliminar do produto como sendo: Custo de Mão-de-Obra + Custo de Matéria-Prima + Custo do Transporte; por fim sendo adicionado o valor de comercialização em 100% sobre o preço preliminar do produto.

Mais que a preocupação em estimar o preço da mercadoria de forma precisa, tivemos o cuidado em abordar a composição do valor econômico da mesma, considerando que a prática de preços dos mercados destoam do valor econômico

por diversos fatores amplamente conhecidos pelos cipozeiros. Sendo o principal fator a prática de comercialização exploratória imposta pelos atravessadores neste tipo de mercadoria direcionada às demandas de grandes mercados como o CEASA / CEAGESP. Assim, o debate envolveu o reconhecimento de que, para esse tipo de mercadoria (cipó limpo com fundo de compensado), a única forma de melhoria de renda das famílias seria a apropriação do processo de comercialização, que apesar de acarretar em novos custos ao grupo mobilizado (coleta e transporte), permitiria o ganho do percentual de comercialização.

Um fato declarado é a “*falta de tempo e conhecimento*” para o deslocamento às grande capitais para a realização da venda direta, o que reafirma a tese de Appadurai (2008), sobre o desconhecimento quase absoluto entre o ponto de produção e o ponto de consumo, e que será revisto mais a frente. A tabela de preço justo, com algumas dicas de venda, foram encaminhadas aos participantes da ultima oficina, juntamente com o catálogo de produtos, porém nenhuma venda foi executada com tais materiais.

Entre os motivos, julgo como pertinentes: restrição de contatos estritamente locais para comercialização, dependência de rotas de comercialização já existentes, falta de recursos para acesso aos canais de comercialização das capitais, falta de conhecimentos para acesso à outros mercados (onde ir, com quem falar) , impossibilidade de viagens por compromissos em tarefas familiares, “*falta de tempo*” para novas rotinas e estratégias.

As Oficinas de Criatividade produziram novas situações sociais as quais não foram passíveis de uma análise mais apurada, visto que os pesquisadores não eram observadores da situação social, e sim moderadores. Assim, o foco principal era a produção de coisas novas: uma marca,

peças gráficas e uma linha de produtos diferenciados. Isso nos permitiu um aprimoramento do processo de oficina e um dimensionamento mais cuidadoso das próximas oficinas, como o fato de cada oficina ter um objetivo experimental específico e o produto desse objetivo gerar novos testes e experiências. Na prática, mais importante que o resultado em si, as oficinas mantiveram a continuidade de reuniões que foi importante à definição do sentimento de grupo e os mantiveram ativos até sua vinculação à Rede Puxirão, que gerou novas percepções e motivações à mobilização coletiva no sentido político. E é claro, todos os produtos produzidos ficam no repertório de experiências e se articulam com novas oficinas que estão sendo planejadas pelos cipozeiros e cipozeiras, numa lógica bem diferenciada, pois não são mais os pesquisadores que as propõem.

### ***1.3. Revisão Metodológica e Método de Abordagem***

Estando postos os pontos de partida da pesquisa, o “novo olhar” - sugerido a partir de uma reflexão crítica sobre a apropriação dos resultados pelos cipozeiros - indicou a necessidade de aprofundamento de conhecimentos sobre sua realidade vivida. Assim, esta pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, que, para Goldenberg, “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social” (1999:49). Como existem motivações para a investigação direta e para o campo de ação, vejo um “alinhamento” desta pesquisa com a pesquisa-ação, e para Thiollent:

(...) a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo

e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (2004:14)

Este mesmo autor ainda insiste que deva existir a distinção entre os objetivos de pesquisa e os objetivos de ação, enfatizando três aspectos como resultado: a resolução de problemas, a tomada de consciência e a produção de conhecimento. Para ele, na pesquisa-ação (...) “o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nessa situação;”(...) (2004:16). Sendo assim, (...) “a atitude do pesquisador é sempre uma atitude de 'escuta' e de elucidação dos vários aspectos da situação, sem imposição unilateral de suas concepções próprias.” (2004:17)

Mais que atribuir um nome ao método de pesquisa, vejo a importância em encontrar referências aos acontecimentos e à problemática do contexto estudado. As situações sociais neste contexto vem se desenrolando de maneiras diversas, e desde o início das pesquisas vêm se definindo com a transformação mútua e dinâmica entre sujeitos e objetos de pesquisa, passando por fatos que agora são foco de análise, como no caso das oficinas temáticas em tempos mais remotos, e mais recentemente na realização do mapeamento situacional. As diferentes formas de ação permitem um olhar sobre as diferentes situações sociais.

Sem a pretensão de realizar uma etnografia, não eximo minha responsabilidade em descrever com qualidade toda experiência que correlaciona a definição do “objeto” de pesquisa, sua compreensão, as influências de um “sujeito” da pesquisa em seu “objeto” e conseqüentemente as influências do “objeto” sobre o “sujeito”. A mera descrição do “objeto” não se justifica em si justamente por se definir como um campo de relações intersubjetivas não estável. Cabe sim, como diria Arruti , a busca pela “(...) *emergência dos*

*significados a partir de um determinado estado das forças sociais (...)*”(2006:53).

A circunscrição do “objeto” em torno de facetas materiais e tecnológicas possui muito menos fundamento neste caso, visto que estas se inserem em um contexto cultural em movimento, em construção; onde um recorte delimitado levará à uma abstração da realidade vivida, à uma artificialidade incondizente às dimensões do universo cultural. Mesmo assim, me obrigo à um recorte temporal e não “dimensional”, fruto das necessidades impostas pelos mecanismo acadêmicos aos quais estou sujeito.

Compreendo também como tarefa do pesquisador a explicitação do arbitrário e das relações de poder, cabe então a compreensão das categorias da realidade para a compreensão desta realidade. Busco portanto a relação de minha pesquisa com o fundamento do método etnográfico, pois, oquê opera na realidade é objeto do estudo etnográfico. Segundo Malinowski (1978):

O etnógrafo que se propõe estudar apenas a religião, ou somente a tecnologia, ou ainda exclusivamente a organização social, estabelece um campo de pesquisa artificial e acaba por prejudicar seriamente seu trabalho (p.24) / (...) posso dizer que cada fenômeno deve ser estudado a partir do maior número possível de suas manifestações concretas; cada um deve ser estudado através de um levantamento exaustivo de exemplos detalhados. Quando possível, os resultados obtidos através dessa análise devem ser dispostos na forma de um quadro sinótico, o qual então será utilizado como instrumento de estudos e apresentado como documento etnológico. Por meio de documentos como esse e através do estudo de fatos concretos, é possível apresentar um esboço claro e minucioso da estrutura da cultura nativa, em seu sentido mais lato, e da sua constituição social. Esse método pode chamar-se *método de documentação estatística por evidência concreta*. (p.27)

Apesar de Malinowski insistir em uma sistematização através da elaboração de quadros sinóticos e na evidenciação mediante documentação estatística, e quem

sou eu para contradizê-lo, penso na adequação deste método a uma forma de descrição gráfica no mapa e um processo de análise, onde se evidenciem determinados aspectos da vida, das relações e da estrutura social do foco de estudo. Onde mapear e descrever também pode ser uma forma de fazer etnografia. Não no sentido clássico, como podemos ver na contribuição de Geertz (1989):

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia. E é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle. (p.15)

Almeida ainda esclarece que

“Segundo Haudricourt, na França, ao contrário de como foi instaurada a escola alemã de Kulturkreise, os ensinamentos de etnografia foram instituídos em 1926 com os cursos de Marcel Mauss. Mauss insistia na necessidade de se coletar informações sobre os usos e funções dos objetos que comporiam as coleções dos museus. Possuía uma concepção dinâmica sobre a tecnologia, focalizando as ações relativas aos objetos materiais, que eram o instrumento ou o resultado do que ele denominava de “técnicas de corpo”, que variavam de povo para povo. Os gestos da vida cotidiana não são instintivos ou herdados biologicamente. Ao contrário são gestos apreendidos, herdados socialmente e caracterizam um determinado povo. (2008:63)

Tais contribuições esclarecem o fato de que não farei uma etnografia, até mesmo por não ser do campo da antropologia. Mas, entendo a necessidade de compreender as categorias nativas e os sistemas de significados, como elementos de subsídios à ação, não na simples noção

instrumental, mas como meios de análise do contexto e adequação destas ações, com prudência. Para Laraia

(...) “entender a lógica de um sistema cultural depende da compreensão das categorias constituídas pelo mesmo. Como categorias entendemos como Mauss, 'esses princípios de juízos e raciocínios ... constantemente presentes na linguagem, sem que estejam necessariamente explícitas, elas existem ordinariamente, sobretudo sob a forma de hábitos diretrizes da consciência, elas próprias inconscientes. A noção de mana é um desses princípios: ela está dada na linguagem; está implicada em toda uma série de juízos e raciocínios, tendo por objetos atributos que são aqueles no mana'. O leitor brasileiro entenderá melhor esta definição se trocar a palavra mana por panema, azar ou reima.” (2009:93)

O mesmo autor, visando esclarecer melhor a relação desta leitura da realidade, utiliza o exemplo de um cego, que após uma cirurgia corretiva retoma a visão. Ele afirma que o mesmo, logo após a cirurgia não consegue ter uma definição completa entre formas cores e imagens, que em princípio parecem borrões no espaço, mas que, com o tempo e a adaptação à nova condição, as imagens passam a representar uma coerência formal constituindo a visão. O autor afirma que em alguns casos, quando desconhecemos uma cultura, podemos nos equiparar aos cegos, que, assim como no caso citado, passa a ter uma compreensão do universo observado após a compreensão do que podemos entender como as categorias. Assim, tais categorias se traduzem mediante o processo de observação e análise dos fatos observados, e não somente observação.

Este *locus* de pesquisa incorpora aspectos subjetivos, que não invalidam a perspectiva apontada por Malinowski, de caráter objetivo, das evidências concretas em seu método estatístico de análise, porém, colocam outras dificuldades - em que as objetividades se definem pelas subjetividades, e vice-versa, numa relação dialética. Minayo contribui ao esclarecer a natureza das ciências sociais:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Não existe um "continuum" entre "qualitativo-quantitativo", em que o primeiro termo seria o lugar da "intuição", da "exploração" e do "subjetivismo"; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido "objetivamente" e em "dados matemáticos".

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (2001:22-23)

A autora, ao abordar a temática da pesquisa científica em ciências sociais enfatiza a diferença epistemológica entre o positivismo, a sociologia compreensiva e a dialética, esclarecendo que:

A abordagem da Dialética faria um desempate nas correntes colocadas anteriormente [positivismo e fenomenologia]. Ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos.

Desta forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou "objetos sociais" apresentam. (2001:25-26)

Não creio na imparcialidade da análise, no mito da neutralidade científica, mas estou convicto da importância do processo transparente de descrição, que mesmo que

influenciado por um certo *bias*<sup>13</sup> do pesquisador, pode trazer contribuições ao cenário da pesquisa qualitativa em uma localidade que demanda por tal ação. Meu compromisso é com a explicitação de um processo em constante movimento, com uma tentativa de análise da relação intersubjetiva entre “sujeito” e “objeto”. Considerando que

(...) é preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma *identidade entre sujeito e objeto*. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tomando-os solidariamente imbricados e comprometidos, como lembra Lévi-Strauss (1975): "Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação" (p. 215).

Outro aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de que ela é *intrínseca e extrinsecamente ideológica*. Ninguém hoje ousa negar que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. (...) (Minayo, 14:2001)

Defendo a ideia de que, na pesquisa em Design, devemos incorporar também as prerrogativas da pesquisa em Ciências Sociais, não as entendendo como caminho único, visto que as abordagens de nossa área permitem as mais diferentes e divergentes apropriações “paradigmáticas”, mas que, em pesquisas relacionadas à comunidades em situação de certa vulnerabilidade, seja por quais que sejam os motivos, devemos partir de pressupostos de investigação e ação fundados na perspectiva da complexidade, da dialética, da constante problematização e auto-crítica. Neste sentido, podemos questionar a classificação da área de Design quanto Ciências Sociais Aplicadas. Mas, ao nos aproximarmos do termo “Aplicado”, vemos que sua etimologia é a origem em latim - *applicatum* - (...) “*aproximar-se de, abordar, dirigir-*

---

13 A utilização do termo em inglês é comum entre os cientistas sociais. Pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito (Goldenberg *apud* Tonicelo, 2004:69).

*se a, apoiar, aplicar (sentido físico e moral), juntar, ajuntar”* (...) (Houaiss, 2009:160). Mantenho-me partidário da ideia de que o termo “engajado” é mais adequado ao que pesquiso.

Em discussão sobre epistemologia do Design, Findeli também compartilha a ideia de engajamento à ação nesta área. Embora o autor não aborde especificamente o engajamento de natureza política, nem mesmo numa crítica da relação entre o Design e o capitalismo de mercado e a globalização econômica (o que é uma contradição de sua análise), ele sugere que o pesquisador e/ou projetista deva ter um compromisso de compreensão do Design quanto processo que produzirá influências em uma dinâmica de realidade sujeitas a tal processo. Sendo assim, o papel atribuído a tal sujeito de pesquisa é de compreensão e análise da dinâmica do processo, e não simplesmente de “solucionar problemas” como rogam as vertentes mais positivistas (ou funcionalistas, sob influência de determinado campo intelectual presente na Bauhaus). Ele afirma que “*a antropologia intrínseca ao design usualmente é reduzida à antropometria, ergonomia, psicologia e sociologia do consumidor*” (Findeli, 2001:11), e complementa dizendo que em

(...) “sistemas complexos, designers são instigados a agir mais que fazer. Em outras palavras, o fazer (poiesis) deve ser considerado somente um caso especial do “agir” (praxis), e por extensão, mesmo “não fazendo” é ainda “agindo”. Em termos filosóficos, pode ser dito que design pertence à razão prática, e não instrumental; ou ainda que o escopo do projeto em design é ético, não tecnológico (...)” (2001:14)

Vemos incorporada a esta ética do Design a complexificação e problematização de enfoques de pesquisa no que Horst Rittel batizou de *wicked problems*, em 1972, quando a metodologia do design era assunto de intenso interesse (Buchanan, 1992). Rapidamente este conceito foi criticado pois sugeria uma metodologia linear de abordagem em que o processo de design pudesse estar dividido em

problematização e solução; no foco das críticas estava o fato óbvio de que nem toda análise pode ser linear, assim como nem toda solução seria uma rápida síntese. Porém, surge um fato interessante na análise de Rittel em que nem tudo é determinável. A “indeterminância” implica que não há condições definitivas ou limites aos problemas de design. Sua maior contribuição vem no sentido de que o objeto central de análise do design é de escopo potencialmente universal, porque o planejamento, o pensamento em design deve ser “aplicado” em qualquer área da experiência humana. Neste sentido o design é entendido como uma “quase-matéria”, não pela indeterminação de seu objeto de análise, mas por estar em espera de sua melhor definição e “concretude”, cujas hipóteses se adequam às circunstâncias especiais da realidade e o caracterizam como uma disciplina integrativa. (Buchanan, 1992:16)

As concepções mais dialéticas sobre o Design permitem uma reflexão crítica sobre sua relação com tecnologia e conseqüentemente com cultura, visto que tecnologia é inerente à cultura; onde a ação em design não se restringe à questão tecnológica, cabendo ao sujeito da ação a compreensão da cultura e suas categorias, pois como sugere Laraia, os sistemas de classificação das culturas denotam as categorias da realidade da mesma.

Este olhar convergente entre o Design e Cultura coloca-nos o desafio de compreender as variáveis dinâmicas do processo de construção e re-invenção das culturas e identidades culturais, e por outro lado de tatear as possibilidades em que a área de Design pode definitivamente somar aos esforços em que os agentes da cultura pretendem, quanto sujeitos políticos, defender seu modo de vida. Esta perspectiva, quanto práxis, coloca as interpretações dos sistemas classificatórios endógenos à comunidade e suas

definições operadoras frente a frente às reflexões de Design quanto conceito e ao mesmo tempo operação - ou ação.

Almeida (2008) nos ajuda a pensar a relação entre conceitos e definições que operacionalizam realidades, ao analisar a Amazônia quanto conceito construído intelectualmente e arquivado, em detrimento de “muitas Amazônias” construídas culturalmente em territórios específicos por sujeitos distintos e agentes de processos peculiares a cada situação. Analogamente, podemos questionar que tipo de Design se faz, onde se faz, o que é o “objeto” deste processo de relações entre o que se conceitua, para quem, e em que condições reais se insere.

O autor analisa em seu livro a construção conceitual da degradação na Amazônia pelas instituições multilaterais e sua tentativa prática de aplicação ao universo das comunidades tradicionais. Isso pode nos remeter à uma outra analogia em nossa área em que a abordagem prática/conceitual seja um exercício de problematização cujas respostas, mais que apontamentos técnicos, estejam em estreita relação com o processo de formação dos sujeitos da cultura.

“(…) as tentativas de explicação ficaram muito presas em considerar o termo “degradação” não como conceito propriamente, mas como palavra, como um verbete institucionalizado. Ora, conceito não tem definição. Conceito tem significado, ao contrário do termo ou da palavra, que podem ser definidos em verbetes, em glossários, em dicionários e em enciclopédias. O conceito não é exatamente dicionarizado e mais consiste num instrumento de análise em tudo dinâmico e referido a autores que disputam a legitimidade de acioná-lo. Conceito implica numa relação e em mudança de significado. Em virtude destes aspectos dinâmicos não pode ser enquadrado numa definição frigorificada, tão pouco pode ser lido numa sinonímia. (...) Na sua versão elementar não se trata, pois, de um conceito que problematiza relações e que se detém no tratamento rigoroso das especificidades. Essa tentativa de definir de uma forma “objetivista”, “quantitativista” ou passível de ser medida, aparentando extremo rigor e exatidão, além de se restringir a uma função prática ela elide

o sujeito da ação e é por aqui que eu gostaria de começar nosso debate.” (2008:17-18)

Assim, defendo que a práxis do Design deva estar focada nos sujeitos da ação, e compreenda os objetos materiais ou artefatos como um dos elementos de suas culturas em um contexto político-econômico, que definam e sejam definidas por territorialidades específicas. E é isso que pretendo pontuar mais cuidadosamente adiante.

Para a consecução dos objetivos específicos desta pesquisa e consequente verificação das hipóteses foram desenvolvidas as seguintes ações de pesquisa:

1) Estudo das categorias da realidade, dos costumes e aspectos da cultura material local, sendo composto pelos seguintes procedimentos:

1.1) Realização do Mapeamento Situacional ou Mapeamento Social - quando foram visitadas famílias de cipozeiros de diversas comunidades, com as respectivas as localidades geo-referenciadas, sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas pelos próprios cipozeiros em meu acompanhamento. O foco deste mapeamento, além de levar à compreensão das categorias nativas foi de fazer um levantamento fundamentado no número de famílias de cipozeiros no território tradicionalmente ocupado, seus conflitos, seus antagonistas sociais e sua produção material. Os depoimentos coletados foram gravados e transcritos, os locais dos depoimentos foram fotografados e geo-referenciados.

1.2) Observação participante e saídas de campo guiadas para a coleta de materiais audiovisuais que expliquem melhor a realidade do grupo e o significado de “ser cipozeiro”;

1.3) Observação das situações sociais, como

reuniões de planejamento, reuniões de avaliação e reuniões para acordos internos ao Movimento Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras - MICI;

As etapas acima foram realizadas em saídas a campo em finais de semana, uma vez por mês, e em saídas de duração de uma semana mais esporádicas.

2) Análise dos materiais coletados no item 1 e aprofundamento de determinados aspectos da pesquisa:

2.1) Sistematização e análise das entrevistas realizadas nos mapeamentos situacionais e das anotações das reuniões de grupo (do MICI) e de outras situações sociais;

2.2) Levantamento, leitura e sistematização de material bibliográfico em temas correlacionados à abordagem prática da pesquisa, como fundamentação jurídica, de conteúdos históricos regionais, questões da territorialidade específica, da identidade coletiva, da epistemologia do Design, etc;

2.3) Realização de entrevistas semi-estruturadas direcionadas à lideranças de comunidades de cipozeiros e cipozeiros idosos, para a compreensão de aspectos relacionados à história de vida e seus costumes, mudanças na paisagem regional, relações com a natureza e uso de recursos naturais como: a roça, a pesca e a caça; o uso de taboa, peri, taquara, veludo, tibupeva (cipó liaça), palmito, etc;

2.4) Análise das informações coletadas e sistematização da experiência;

3) Estudo e sistematização de enfoques determinados:

3.1) A relação entre a formação do MICI e a dinâmica da rede social em torno das discussões de direitos coletivos;

3.2) As estratégias de articulação do MICI e a discussão de seus aspectos sócio-econômicos;

3.3) A relação entre o artefato percebido e as possíveis estratégias de re-articulação da comercialização;

3.4) Sistematização da experiência na forma de vídeo documentário (com base nas filmagens realizadas durante as etapas anteriores de pesquisa);

3.5) Redação da Tese.